



**INTERSECCIONALIDADE E DECOLONIALIDADE NA *ESCREVIVÊNCIA*
DE CONCEIÇÃO EVARISTO****INTERSECTINALITY AND DECOLONIALITY IN THE *ESCREVIVÊNCIA* OF
CONCEIÇÃO EVARISTO****INTERSECCIONALIDAD Y DECOLONIALIDAD EN LA *ESCREVIVÊNCIA* DE
CONCEIÇÃO EVARISTO**

Claudia Letícia Gonçalves Moraes

Doutora em Literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade de Brasília (bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão - FAPEMA). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão. Graduada em Letras - Licenciatura pela Universidade Federal do Maranhão. Professora Adjunta da Universidade Federal do Maranhão, Campus São Bernardo - Licenciatura Interdisciplinar em Linguagens e Códigos e professora colaboradora do mestrado interdisciplinar em Cultura e Sociedade (PGCult - UFMA), atuando na área de Língua Portuguesa com ênfase em estudos discursivos e literaturas de língua portuguesa. Líder do Grupo de Pesquisa Literatura e outras artes: identidade, alteridade e decolonialidade (UFMA). Integrante dos Grupos de Pesquisa Historiografia, cânone e ensino (UnB) e Estudos de Paisagem nas Literaturas de Língua Portuguesa (UFF-UFMA). Organizadora do I e do II Colóquio Interdisciplinar de Literatura e Cultura Negra do Baixo Parnaíba (2018-2019) e da I Jornada Interdisciplinar de Linguagens (2023).

E-mail: claudiamoraes27@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9652-3233>

Luís Carlos Serra Amorim Filho

Graduando em Ciências Humanas - Filosofia na Universidade Federal do Maranhão -UFMA (2021). Fui bolsista do PIBID de Filosofia da UFMA pela CAPES, (2017 - 2020). Atualmente, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCult) pela Universidade Federal do Maranhão (2023-atual). Bolsista CAPES/PDPG. Membro da Equipe Técnica da Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade (RICS). Áreas de interesse: Filosofia Política, Filosofia do Direito, Filosofia da História, Práticas Educacionais.

Email: serra.luis@discente.ufma.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1850-1298>

Márcia Manir Miguel Feitosa

Professora Titular do Departamento de Letras da Universidade Federal do Maranhão. Graduada em Letras pela Universidade Estadual de Campinas (1984), com Mestrado em Letras (Literatura Portuguesa) pela Universidade de São Paulo (1992) e Doutorado em Letras (Literatura Portuguesa) pela Universidade de São Paulo (1997). Pós-Doutora com bolsa CAPES, pelo Programa Ciência sem Fronteiras, em Estudos Comparatistas na Universidade de Lisboa, sob a supervisão da Profa. Helena Carvalhão Buescu. Bolsista de Produtividade do CNPq - nível 1D. Docente permanente dos Programas de Mestrado em Letras, Linha de Pesquisa: Estudos Teóricos e Críticos em Literatura. e em Cultura e Sociedade da UFMA, Linha de Pesquisa: Expressões e Processos Socioculturais. Coordenadora do PROCAD-AM (PGCult) com a UEMA (São Luís) e a UESB (Vitória da Conquista). Líder do Grupo de Estudos de Paisagem em Literatura - GEPLIT. Vice-Líder do Grupo de Pesquisa em Estudos da Paisagem nas Literaturas de Língua Portuguesa. Autora do livro A representação do espaço e do poder em Mário de Carvalho: uma apologia da subversão (2018). Organizadora, juntamente com a Profa. Ida Alves (UFF), do livro Literatura e Paisagem (2010) e com a Profa. Silvana Maria Pantoja dos Santos da coletânea A cidade nas literaturas de língua portuguesa: imagética, plural, transfigurada (2021). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Outras Literaturas Vernáculas, atuando, sobretudo, nos seguintes temas: literatura e paisagem, literatura portuguesa e africana de língua portuguesa, literatura e patrimônio, cultura, identidade, memória e exílio.

Email: marcia.manir@ufma.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5750-8620>

Zilmara de Jesus Viana de Carvalho

Possui doutorado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (2013), mestrado em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba e graduação em Filosofia Licenciatura pela Universidade Federal do Maranhão. Professora DE, Associada II, do Depto. de Filosofia da Universidade Federal do Maranhão. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da UFMA - PGCult/UFMA, vinculada à linha de pesquisa Expressões e Processos Socioculturais, a partir da qual estuda Epistemologia, Iluminismo, Filosofia da história, ética, política, Direitos humanos, cosmopolitismo, educação e filosofia da religião. Atualmente pesquisa sobre o tema da guerra vinculado à crítica kantiana ao imperialismo. Atuou como Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (de agosto de 2019 à setembro de 2021). É presidente do Fórum Maranhense em Defesa da Filosofia. Bolsista produtividade, categoria Doutor Sênior, da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Edital FAPEMA N 04/2023-BEPP). Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa Interdisciplinar em Kant (GEPI-KANT/UFMA/CNPq). Vice-líder do Núcleo de Estudos do Pensamento Iluminista (NEPI/UFMA). Faz parte do núcleo de sustentação do GT Ética e Política da ANPOF. É membro da Associação Brasileira de Estudos do Século XVIII.

Email: zilmara.jvc@ufma.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1991-0250>

RESUMO

Este estudo tem como objetivo esclarecer como a escrivência de Conceição Evaristo se configura como um novo paradigma literário brasileiro, fundamentado nas perspectivas do pensamento decolonial e da interseccionalidade

Submetido: 11 de março de 2024 Aceito: 05 de junho de 2024 Publicado: 09 de junho de 2024
Infinitum Revista Multidisciplinar, v. 7, n. 12, Jan./Jun., 2024, p. 93 – 111.

em sua concepção. O termo “escreviver”, cunhado pela linguista e escritora Conceição Evaristo (1946-), não se limita a uma autoficção, mas representa uma abordagem literária que entrelaça as vidas e vivências de mulheres negras na escrita, resultando em uma literatura rica em atravessamentos e representatividade, tanto na questão da autoria quanto na construção dos personagens. Metodologicamente, esta pesquisa baseou-se em uma análise bibliográfica, utilizando como aporte teórico os escritos acadêmicos da autora sobre seu trabalho, além de outros teóricos para sustentação. Ao final do estudo, verificou-se que a *escrevivência* desempenha um papel fundamental na luta contra os estereótipos profundamente enraizados na literatura brasileira. Através de sua abordagem, entendida como uma postura decolonial e interseccional ao destacar as pessoas negras como protagonistas de suas histórias, a *escrevivência* pode ressignificar e gerar uma mudança significativa no contexto literário atual.

Palavras-chave: *Escrevivência*. Interseccionalidade. Decolonialidade.

ABSTRACT

This study aims to elucidate how Conceição Evaristo's *escrevivência* emerges as a new Brazilian literary paradigm, grounded in the perspectives of decolonial thought and intersectionality in its conception. Coined by linguist and writer Conceição Evaristo (1946-), the term “escreviver” extends beyond autofiction, embodying a literary approach that intertwines the lives and experiences of Black women in writing, resulting in a literature rich in intersections and representativity, both in terms of authorship and character construction. Methodologically, this research relied on a bibliographic analysis, drawing on the author's academic writings on her work, as well as other theorists for support. At the end of the study, it was observed that *escrevivência* plays a fundamental role in combating deeply rooted stereotypes in Brazilian literature. Through its approach, understood as a decolonial and intersectional stance by highlighting Black individuals as protagonists in their stories, *escrevivência* can redefine and generate a significant shift in the current literary context.

Keywords: *Escrevivência*. Intersectinality. Decoloniality.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo esclarecer cómo la *escrevivência* de Conceição Evaristo se configura como un nuevo paradigma literario brasileño, fundamentado en las perspectivas del pensamiento decolonial y de la interseccionalidad en su concepción. El término “escreviver”, acuñado por la lingüista y escritora Conceição Evaristo (1946-), no se limita a una autoficción, sino que representa un enfoque literario que entrelaza las vidas y experiencias de mujeres negras en la escritura, generando así una literatura rica en cruces y representatividad, tanto en la cuestión de la autoría como en la construcción de personajes. Metodológicamente, esta investigación se basó en un análisis bibliográfico, utilizando como apoyo teórico los escritos académicos de la autora sobre su trabajo, así como otros teóricos. Al final del estudio, se constató que la *escrevivência* desempeña un papel fundamental en la lucha contra los estereotipos profundamente arraigados en la literatura brasileña. A través de su enfoque, entendido como una postura decolonial e interseccional al destacar a las personas negras como protagonistas de sus historias, la *escrevivência* puede ressignificar y generar un cambio significativo en el contexto literario actual.

Palabras clave: *Escrevivência*. Interseccionalidad. Decolonialidad.

INTRODUÇÃO

A visão contemporânea da literatura a concebe como um elemento intrinsecamente ligado à sociedade, indo além de uma mera fonte de contemplação estética, e sim como um veículo de profundo impacto, por envolver um compromisso e um engajamento ético. Nesse contexto, a literatura sempre atraiu nossa atenção devido à sua capacidade de representar a realidade de uma forma que vai além de uma simples descrição imparcial, sendo antes uma expressão dos sentimentos que essa realidade evoca nos indivíduos que interagem com ela. Parece que o que muitos consideram como “verdades universais” são constantemente questionadas e desconstruídas no contexto literário, revelando aspectos mais profundos e problemáticos, talvez uma “verdade” mais abrangente.

A desconstrução da perspectiva tradicional do cânone literário, historicamente moldada por uma categoria dominante, leva a um maior estudo das literaturas chamadas “minorias” ou “periféricas”. Essa mudança de postura reflete uma transformação significativa na maneira como enxergamos a literatura enquanto um objeto social de grande impacto ético. No caso específico da literatura pós-colonial, observamos uma busca pela desconstrução de valores, uma vez que o poder colonial se fundamenta essencialmente no discurso e em sua internalização pelo sujeito construído nesse contexto. Assim, para desconstruir essa realidade, o sujeito precisa, primeiramente, desconstruir-se, e isso só é possível por meio da “narrativização” e problematização do passado. Em outras palavras, é necessário criar um entendimento crítico desse passado e verbalizá-lo mediante uma perspectiva diferente, promovendo uma redescoberta que passa pela necessidade de recontar e reinventar a história. Nesse sentido, o passado transcende os meros fatos narrados literalmente.

Considerando a imperatividade de recontar a narrativa histórica para sua subsequente problematização, é pertinente observar um notável aumento do interesse acadêmico em uma vasta gama de obras literárias produzidas por afrodescendentes. Além disso, há uma crescente participação de teóricos e intelectuais negros, cujos discursos têm como função a problematização da condição do sujeito negro colonizado em diferentes períodos históricos.

Atualmente, além da evidente relevância da produção literária, tornou-se comum a emergência de mulheres intelectuais que transcendem o papel de meras escritoras, conquistando espaço como sujeitos atuantes no ambiente acadêmico. Esse fenômeno resulta em uma maior visibilidade para essas autoras, que não apenas compartilham suas narrativas por meio da

ficção, mas também utilizam outros meios, incluindo os não-ficcionais, para fazerem-se ouvir e contribuírem para os debates contemporâneos.

Com a emergência das correntes teóricas feministas, especialmente o feminismo negro, houve um movimento em direção à valorização da mulher, resultando na ocupação de espaços de autoria e representação por parte de indivíduos conscientes de seu papel na transformação social coletiva. Este grupo carrega consigo experiências únicas, as quais são observadas, transmitidas e representadas através da perspectiva de um ser humano que carrega em seu corpo as marcas e em sua mente as reflexões da vivência como mulher negra, apresentando suas particularidades enquanto sujeito que busca não apenas o direito à expressão, mas também o direito de ser escutado. Como resultado, a representação da mulher como uma figura inferiorizada, marginalizada e negligenciada foi gradualmente cedendo espaço na literatura afro-brasileira para personagens femininas que estão engajadas, comprometidas consigo mesmas e com as demais.

Entre as autoras notáveis, destaca-se Conceição Evaristo, cuja análise crítica da realidade social de seu país se sobressai pela abordagem de questões cruciais como gênero, raça, etnicidade, poder, classe e identidade. Ao problematizar esses temas, o objetivo central é encontrar formas de desmistificar um grupo frequentemente marginalizado, historicamente considerado uma minoria.

Com destreza intelectual e uma postura profundamente filosófica, Maria da Conceição Evaristo de Brito introduziu uma nova abordagem à literatura brasileira, especialmente no contexto da escrita produzida por mulheres negras. Evaristo, uma mulher negra nascida em uma família de condição socioeconômica modesta em Belo Horizonte, emergiu como uma romancista, contista, poetisa e teórica da literatura contemporânea brasileira. Após sua mudança para o Rio de Janeiro, ela obteve graduação e especialização em Letras.

Ao longo de seu percurso acadêmico, Evaristo iniciou a construção do conceito de “escrevivência”. Em uma entrevista concedida à Revista PUCRS em 2019, ela discorre sobre esse processo, destacando sua dissertação de mestrado, na qual explorou “um jogo de palavras entre escrever, viver, escrever-se vendo e escrever vendo-se”, originando assim o termo “escreviver”. A escrevivência se insere tanto como um ato intelectual, mas também como um ato material no sentido de pensar a materialidade mesma do texto literário como parte importante desse processo criativo

Anos mais tarde, durante um seminário sobre mulheres na literatura realizado no Rio de Janeiro em 2005, ela conclui sua apresentação afirmando: “termino meu relato dizendo que nossa escrevivência não era para adormecer a casa-grande, e sim para acordá-la de sonos injustos” (Evaristo, 2019). Desde então, o termo tem ganhado destaque como uma nova abordagem na literatura brasileira escrita por mulheres negras, bem como um método de escrita inovador.

Nas obras de Conceição Evaristo, destacam-se pelo menos duas abordagens que se atravessam: a) uma perspectiva decolonial; e b) uma abordagem interseccional. A primeira, fundamentada na desconstrução das estruturas coloniais e na valorização das vozes marginalizadas, visa subverter as narrativas hegemônicas que historicamente oprimiram os povos não brancos. Por meio dessa abordagem, Evaristo desafia as representações estereotipadas e resgata a dignidade e a história das comunidades negras, promovendo assim uma reescrita do passado que abra espaço para a pluralidade de vozes e perspectivas.

Por outro lado, a abordagem interseccional de Evaristo destaca-se pela sua análise das interconexões entre diferentes sistemas de opressão, como raça, gênero, classe e sexualidade. Ao explorar as complexas interações entre essas diferentes formas de discriminação, a autora oferece uma compreensão mais profunda das experiências vividas por indivíduos que ocupam posições marginalizadas na sociedade. Essa perspectiva interseccional enriquece suas narrativas, revelando as múltiplas camadas de identidade e experiência que moldam as vidas de suas personagens.

Nesse sentido, delineou-se como objetivo deste trabalho compreender como a escrevivência de Conceição Evaristo pode ser vista como um novo fazer literário que busca romper com o cânone colonial sobre a representação da mulher negra na literatura. E para a sua realização foi realizado um estudo bibliográfico tomando como fontes primárias artigos publicados pela própria Evaristo, e como fontes para sustentação buscamos autores como: Akotirene (2018), Collins (2021), Quijano (2005) entre outros. Para tal, dividiu-se o trabalho em duas partes, primeiramente buscamos compreender a escrevivência através de sua dimensão decolonial, e em seguida uma análise acerca da interseccionalidade e como podemos percebê-la nos escritos de Conceição Evaristo.

COLONIALISMO E SILENCIAMENTO: A DIMENSÃO DECOLONIAL NA ESCRITA DE EVARISTO

O conceito central da *escrevivência* emerge da exploração do corpo da mulher negra durante o período da escravidão, proporcionando uma análise da interação entre o termo e o contexto da violência colonial. Em suas próprias palavras, Evaristo (2019, p. 30) afirma:

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres e escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais.

A representação que surge desse conceito é a da figura da *mãe preta* escravizada sob o regime colonial no Brasil. Essa figura materna é sistematicamente silenciada em sua humanidade, privada do direito de cuidar de seus próprios filhos e subjugada ao trabalho escravo. No entanto, essa imagem da mãe negra é também carregada de significados ancestrais, enquanto a autora parece identificar-se profundamente com esse processo inseparável de escrita e vivência. Conforme descrito por Evaristo (2019, p. 29–30):

A imagem fundante do termo é a figura da Mãe Preta, aquela que vivia a sua condição de escravizada dentro da casa-grande. Essa mulher tinha como trabalho escravo a função forçada de cuidar da prole da família colonizadora. Era a mãe de leite, a que preparava os alimentos, a que conversava com os bebês e ensinava as primeiras palavras, tudo fazia parte de sua condição de escravizada. E havia o momento em que esse corpo escravizado, cerceado em suas vontades, em sua liberdade de calar, silenciar ou gritar, devia estar em estado de obediência para cumprir mais uma tarefa, a de 'contar histórias para adormecer os da casa-grande'. E a Mãe Preta se encaminhava para os aposentos das crianças para contar histórias, cantar, ninar os futuros senhores e senhoras, que nunca abririam mão de suas heranças e de seus poderes de mando, sobre ela e sua descendência.

Nesse processo, a promoção da *escrevivência* surge como um método de construção de conhecimento e como um desafio à colonialidade, uma vez que esta noção revela a persistência da estrutura colonial na atualidade. Ela não apenas evoca o período colonial do passado, mas também seus desdobramentos contemporâneos. A representação proposta por Evaristo (2019) não se restringe ao contexto colonial histórico; ela ressoa na resistência das autoras negras e *escrevientes* contemporâneas. Esta representação é experienciada ao longo deste estudo, por meio da geração de conhecimento através da *escrevivência*.

Segundo Quijano (2005), a colonização nas Américas possibilitou a emergência de um protótipo de “sujeito universal”, concebido pelo colonizador. Este modelo estava associado à concepção de um sujeito masculino, branco, europeu, cristão, heterossexual, entre outras características não identificadas nos colonizados.

Nesse contexto, é relevante explorar o conceito de “máscara” apresentado por Kilomba (2019), ao discutir a imposição de um silenciamento pela colonização. Segundo a referida autora, o projeto colonial europeu empregou, ao longo de mais de trezentos anos, um dispositivo de metal colocado na boca dos/as escravizados/as, visando impedir que se alimentassem nas plantações. Kilomba argumenta que o principal propósito era instilar um sentimento de mudez e medo, promovido pelo próprio racismo, que impunha àqueles/as que eram escravizados/as, a sensação de serem “outros”, ou seja, não humanos. Pois o conceito de humanidade estava intrinsecamente ligado à concepção de “sujeito universal”: masculino, branco, europeu, cristão, heterossexual, entre outros atributos, impostos pelo pensamento europeu.

Nessa mesma perspectiva, Davis (2016), ao abordar o sistema escravista e a visão dos colonizadores sobre o povo negro, destaca que estes não eram considerados humanos, mas sim objetos de troca. Eram propriedades utilizadas para a obtenção de lucro, e as mulheres, adicionalmente, eram consideradas instrumentos de prazer. Sobre a escravidão das mulheres, Davis aponta: “quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas” (Davis, 2016, p. 25).

Silvio Almeida (2019) destaca que tudo isso teve início quando estabeleceram o conceito de raça para diferenciar os seres humanos no século XVI. Séculos depois, com o Iluminismo e a centralidade do homem como objeto de estudo, surge uma concepção filosófica-antropológica dualista que dividiu a humanidade entre civilizado e selvagem, e posteriormente entre civilizado e primitivo. O único objetivo era a submissão e destruição de povos baseados na cor da pele. A segregação racial defendida pelos colonizadores, segundo Almeida (2019), tinha como justificativa a crença de que a pele não branca e o clima tropical tornavam esses povos imorais, agressivos e carentes de inteligência. A ideia predominante, disseminada por pensadores da época, era que a colonização por meio da escravidão seria um meio de “salvação” para essas pessoas.

Um exemplo claro desse projeto de “salvação” pela dominação é apresentado por Mbembe, ao discutir o nacional-colonialismo e a educação colonial dos franceses no final do século XIX. Esse movimento contava com o apoio das correntes políticas da época e de pessoas de grande ascensão social, como políticos, jornalistas, soldados, entre outros. O objetivo desse projeto era naturalizar o racismo, utilizando disciplinas como geografia, etnologia e missiologia.

Mbembe afirma que,

[...] a temática da diferença racial passou por uma normalização no seio da cultura de massas, por meio do estabelecimento de instituições tais como os museus e zoológicos humanos, a publicidade, a literatura, as artes, a instauração de arquivos, a disseminação de narrativas fantásticas reportadas pela imprensa popular (caso do *Journal Illustré*, do *L'Illustration*, do *Tour du Monde* e dos suplementos ilustrados do *Petit Journal* e do *Petit Parisien*) e a realização de exposições internacionais (Mbembe, 2018, p. 120).

Além disso, Mbembe (2018) relata que a naturalização do racismo se tornou também um projeto pedagógico, onde nas escolas, africanos eram constantemente retratados como idiotas e estereotipados. A colonização era apresentada como uma suposta “salvação” e “assistência”, transformando todo o processo em uma benção. Hoje, podemos perceber ironicamente como a defesa de práticas como usurpação, assassinato e escravidão era considerada um meio de salvação, destacando a crueldade humana.

Lamentavelmente, os estereótipos continuam a perpetuar na literatura, agora não tanto de forma cartunesca na descrição física dos personagens negros, mas há ainda a perpetuação de subalternização, acentuação de características subjetivas e comportamentais além de uma dinâmica de relação de poder, brancos em local de acesso social e negros sempre como subservientes. Em suas próprias palavras, Evaristo menciona,

Sou tentada a dizer que os personagens negros, por via de regra, são moldados sob um olhar que os define dentro de uma ou outra característica, tal como estas: preguiçosos, adultos infantis, desorganizados em seus ambientes sociais e culturais, extremamente sexualizados com seus corpos infecundos, sujeitos incapazes de pensar ou viver sentimentos como o amor, o afeto (Evaristo, 2020, p. 28).

Ao analisar a literatura brasileira Evaristo (2005) expõe que grandes títulos literários como: *O Cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo; *Gabriela, Cravo e Canela*, (1958) de Jorge Amado e *A Escrava Isaura* (1875), de Bernardo Guimarães, é possível observar uma

deturpação da imagem da mulher negra. Para Evaristo, rouba-se a representação da mulher negra como mãe, como detentora de sua própria família, e a coloca apenas como a cuidadora dos filhos da família branca, sempre na imagem da mãe-preta, ou simplesmente mulheres sem filhos e feitas para a servidão, isto é, “Mata-se no discurso literário a prole da mulher negra” (Evaristo, 2005, p. 53). E mais ainda diz a autora,

Percebe-se que na literatura brasileira, a mulher negra não aparece como musa ou heroína romântica, aliás, representação nem sempre relevante para as mulheres em geral. A representação literária da mulher negra, ainda ancorada nas imagens de seu passado escravo, de corpo-procriação e/ou corpo-objeto de prazer do macho senhor, não desenha para ela a imagem de mulher-mãe, perfil desenhado para as mulheres brancas em geral (Evaristo, 2020, p. 220).

E isso ocorre segundo a autora, pois, a maternidade, o núcleo familiar foi para a mulher negra a maior forma de resistência e de sobrevivência. “Mães reais e/ou simbólicas, como as das Casas de Axé, foram e são elas, muitas vezes sozinhas, as grandes responsáveis não só pela subsistência do grupo, assim como pela manutenção da memória cultural no interior do mesmo” (Evaristo, 2005, p. 54).

Não há como mudar esses escritos, nem reconfigurá-los conforme o entendimento que temos hoje sobre principalmente as questões raciais e de representatividade histórica. Entretanto, como bem observa Evaristo, do mesmo modo que existem, e vão continuar existindo essas obras, até mesmo por seus papéis na história literária brasileira, que servem para entender o pensamento de épocas passadas, há também já novas literaturas que propõe uma visão inversa, e digamos mais humano sobre a mulher negra na literatura e mais ainda uma história escrita por elas a partir de sua identidade e vivência, sob suas óticas, não mais uma narrativa contada por outros, com propósitos altamente ideológicos. Assim,

Pode-se dizer que o fazer literário das mulheres negras, para além de um sentido estético, busca semantizar um outro movimento, ou melhor, se inscreve no movimento a que abriga todas as nossas lutas. Toma-se o *lugar da escrita*, como direito, assim como se toma o *lugar da vida* (Evaristo, 2005, p. 54).

Nesse aspecto, a escrevivência nos guia para o papel que desempenha, mostrando como, através dela, é possível romper ou de alguma forma modificar o cenário literário brasileiro, a fim de reduzir a propagação desses discursos estereotipados e da visão colonialista. Ao analisarmos a escrevivência apenas do ponto de vista da forma, podemos entender, como

Evaristo aborda na seção intitulada *Da construção de Becos* da obra *Becos da memória* (1987/88), que seria uma obra ficcional onde a escrita e a vivência se confundem. No entanto, isso seria reduzir toda a conjuntura de forma, criação, pensamento e representação vinculada a esse termo e a essa forma de pensar a escrita de mulheres negras. Sobre a construção de seus personagens, ela diz:

Construo personagens humanas ali, onde outros discursos literários negam, julgam, culpabilizam ou penalizam. Busco a humanidade do sujeito que pode estar com a arma na mão. Construo personagens que são humanas, pois creio que a humanidade é de pertença de cada sujeito. A potência e a impotência habitam a vida de cada pessoa. Os dramas existenciais nos perseguem e caminham com as personagens que crio (Evaristo, 2020, p. 31).

Além disso, a escrevivência está inteiramente ligada à ancestralidade, uma herança que perpassa os tempos e os continentes, com raízes na África, transformando-se em experiências e vivências no Brasil. Por isso, Evaristo distancia a escrevivência de uma escrita de si, pois não é uma escrita narcísica que fala apenas de si mesmo através de uma autoficção. É um texto que parte de uma vivência, mas essa vivência pode ser sentida por uma coletividade, pois é para essa coletividade que ele é escrito, representando vozes silenciadas que aparecem como personagens cotidianas, humanas, sentindo-se representadas nas histórias. E, por isso, não precisa ser escrito em primeira pessoa, para justamente transmitir essa mensagem de coletivo, de um “nós” e não de um “eu”.

Podemos considerar que, através da construção de seus personagens, Evaristo está colocando em prática a decolonialidade em sua escrita. Como ela pontua: “Uma das marcas dessas narrativas e de toda a minha obra é uma maneira de funcionalizar a comunidade negra de uma outra forma” (Evaristo, 2020, p. 40). Para a autora, sua literatura, ou melhor, sua escrevivência, não são apenas ficções, mas escritos politizados, construídos buscando transmitir uma mensagem maior, “É uma literatura em que a escolha semântica está profundamente relacionada com a minha situação social ou com a experiência social que já vivi” (Evaristo, 2020, p. 40).

Para a autora, a escrevivência é uma literatura emergente no Brasil que está buscando seu espaço, tanto no que diz respeito ao seu conteúdo quanto à autoria. “Pode-se concluir que na escre(vivência) das mulheres negras, encontramos o desenho de novos perfis na literatura brasileira, tanto do ponto de vista do conteúdo, como no da autoria” (Evaristo,

2005, p. 54). E, de todo modo, precisa ser cada vez mais explorada, valorizada e difundida para conseguir romper com esse pensamento homogêneo enraizado em nossa cultura literária.

INTERSECCIONALIDADE NA ESCREVIVÊNCIA

A teoria feminista demandava uma linguagem que representasse as mulheres de forma completa e adequada, visando promover sua participação na vida política. No entanto, no próprio movimento feminista, surgiram questionamentos acerca da eficácia dessa representatividade. Consequentemente, o próprio sujeito das mulheres passou a ser entendido não mais como estável ou permanente.

Enquanto as mulheres brancas lutavam por seus direitos, as mulheres negras enfrentavam uma realidade distinta, marcada pela disparidade e pela marginalização. Conforme a escritora e ativista do feminismo negro, bell hooks, argumenta, que o sexismo era visto como secundário frente ao racismo mais brutal: “quando o movimento de mulheres levantou a questão da opressão sexista, argumentamos que o sexismo era insignificante à luz da realidade mais dura, mais brutal do racismo” (hooks, 2020, p. 17).

Na obra de grande relevância *Mulheres, raça e classe* (1981), a filósofa Angela Davis explora o conceito de interseccionalidade antes mesmo da formulação do termo. Seu trabalho aborda questões cruciais, como o trabalho doméstico e as opressões de classe, raça e gênero enfrentadas pelas mulheres negras. Além disso, Davis discute as formas como os homens negros também sofrem as consequências da interseção entre raça e gênero. Assim escreve Djamilia no Prefácio de *Mulheres, raça e classe*:

Davis traz inquietações necessárias para que o conformismo não nos derrote. Pensa as diferenças como fagulhas criativas que podem nos permitir interligar nossas lutas e nos coloca o desafio de conceber ações capazes de desatrelar valores capitalistas. Essa é sua grande utopia. [...] *Mulheres, raça e classe* é a tradução do conceito de interseccionalidade (Ribeiro, 2016, p. 13).

Angela Davis desenvolve uma narrativa que reposiciona as mulheres negras no cerne da análise, contrastando com a posição marginal historicamente atribuída a elas nas discussões sobre racismo, sexismo e exploração de classe. Esse reposicionamento convida à revisão da construção das relações raciais, sociais e econômicas, adotando a perspectiva das

mulheres negras estadunidenses, cujo saber marginal revela um potencial efetivo de transformação. Corrobora, dessa forma, a autora:

Se, e quando alguém conseguir acabar, do ponto de vista histórico, com os mal-entendidos sobre as experiências das mulheres negras escravizadas, ela (ou ele) terá prestado um serviço inestimável. Não é apenas pela precisão histórica que um estudo desses deve ser realizado; as lições que ele pode reunir sobre a era escravista trarão esclarecimentos sobre a luta atual das mulheres negras e de todas as mulheres em busca de emancipação (Davis, 2016, p. 17).

A subvalorização das experiências das mulheres negras é uma característica proeminente nos movimentos sociais. Contudo, há momentos em que ocorrem alianças entre mulheres negras e esses movimentos organizados. Algumas dessas alianças, no entanto, mostraram-se superficiais e rapidamente se desfazem, como evidenciado pelo surgimento do sufrágio negro como uma pauta prioritária em relação ao sufrágio feminino. Este episódio revelou o racismo como uma barreira insuperável no movimento organizado de mulheres. De acordo com Davis (2016, p. 84), “na defesa dos próprios interesses enquanto mulheres brancas de classe média, elas explicitavam frequentemente de modo egoísta e elitista — seu relacionamento fraco e superficial com a campanha pela igualdade negra do pós-guerra”.

Nesse contexto, surge a necessidade de uma nova abordagem para lidar não apenas com uma, mas sim com múltiplas opressões. Collins (2021) defende que o surgimento do conceito de interseccionalidade, surge para investigar categorias como raça, classe, gênero, orientação sexual, entre outras, tornando-se uma ferramenta analítica fundamental no século XXI.

Desmarginalizando a intersecção de raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina antidiscriminação, teoria feminista e política antirracista¹ é um artigo seminal de Kimberlé Crenshaw, publicado em 1989, que introduziu o conceito de interseccionalidade no discurso acadêmico². No artigo, Crenshaw argumenta que a análise jurídica e política muitas vezes falha em reconhecer e abordar as formas específicas de opressão enfrentadas por mulheres negras devido à intersecção de sua raça e gênero.

¹ Título original: *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*.

² Kimberlé Crenshaw desempenhou um papel fundamental ao introduzir o conceito de interseccionalidade, no entanto, atribuir exclusivamente a ela esse mérito negligenciaria os “escritos de muitas outras pessoas que vieram antes de Crenshaw, como faz interpretações equivocadas dos argumentos da autora” (Collins, 2017, p. 4). No entanto, é inegável que o trabalho de Crenshaw desafiou as normas acadêmicas.

Em sua análise crítica, a autora aponta para as deficiências da doutrina antidiscriminação tradicional, que visa proteger grupos marginalizados contra a discriminação. Ela destaca que essa abordagem muitas vezes não reconhece nem remedia as formas de discriminação resultantes da interseção de múltiplas identidades, como raça e gênero, como demonstrado em casos judiciais em que mulheres negras foram negligenciadas ou mal representadas devido à falta de compreensão da interseccionalidade.

Além disso, a autora critica a tendência da teoria feminista em universalizar a experiência das mulheres com base nas vivências de mulheres brancas de classe média, negligenciando as formas específicas de opressão enfrentadas pelas mulheres negras devido à interseção de raça e gênero. Da mesma forma, Crenshaw aponta as limitações da política antirracista, que muitas vezes falha em reconhecer e abordar as experiências das mulheres negras, resultando na marginalização de suas preocupações dentro do movimento antirracista.

Nas palavras proferidas por Crenshaw, a ativista argumenta acerca da exclusão das mulheres negras no discurso feminista e nas políticas antirracistas:

I argue that Black women are sometimes excluded from feminist theory and antiracist policy discourse because both are predicated on a discrete set of experiences that often does not accurately reflect the interaction of race and gender. These problems of exclusion cannot be solved simply by including Black women within an already established analytical structure. Because the intersectional experience is greater than the sum of racism and sexism, any analysis that does not take intersectionality into account cannot sufficiently address the particular manner in which Black women are subordinated. Thus, for feminist theory and antiracist policy discourse to embrace the experiences and concerns of Black women, the entire framework that has been used as a basis for translating 'women's experience' or 'the Black experience' into concrete policy demands must be rethought and recast³ (Crenshaw, 1989, p. 140).

A experiência interseccional das mulheres negras contribui para uma compreensão mais abrangente da operação dessas opressões, o que, por sua vez, favorece a elaboração de estratégias de luta mais eficazes e o desenvolvimento de uma teoria da opressão mais complexa

³ Argumento que as mulheres negras são às vezes excluídas do discurso da teoria feminista e das políticas antirracistas porque ambas se baseiam em um conjunto discreto de experiências que frequentemente não reflete com precisão a interação de raça e gênero. Esses problemas de exclusão não podem ser resolvidos simplesmente incluindo mulheres negras em uma estrutura analítica já estabelecida. Porque a experiência interseccional é maior do que a soma de racismo e sexismo, qualquer análise que não leve em conta a interseccionalidade não pode abordar suficientemente a maneira particular pela qual as mulheres negras são subordinadas. Assim, para que a teoria feminista e o discurso político antirracista abracem as experiências e preocupações das mulheres negras, todo o quadro que tem sido utilizado como base para traduzir 'a experiência das mulheres' ou 'a experiência negra' em demandas políticas concretas deve ser repensado e reformulado.

e realista. O conceito de interseccionalidade, embora primeiramente concebido por Kimberlé Crenshaw, recebeu uma análise aprofundada e uma elaboração teórica por parte de Patricia Hill Collins. Em sua obra *Interseccionalidade*, coescrita com Sirma Bilge, Collins apresenta uma introdução abrangente ao campo do conhecimento e à prática interseccional.

De acordo com Collins (2021), a interseccionalidade começa a ser adotada pelas academias, militantes e ativistas, e se difunde principalmente no século XXI. Quando perguntamos “o que é interseccionalidade?”, variadas respostas viriam à tona, e em certos casos contraditórias. Um conceito provisório, a ser trabalhado, é de que a Interseccionalidade se propõe a investigar acerca das categorias de “raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária — entre outras — são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente” (Collins, 2021, p. 15–16). Reafirmamos essa interpretação com a fala pertinente da Lélia Gonzalez (2020, p. 67–68):

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular.

Gonzales (2020, p. 69) questiona essa falsa ideia de democracia racial no Brasil, apontando para o discurso de negação do racismo:

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto.

Os estudos pós-coloniais, segundo Collins (2021), utilizam a interseccionalidade tanto como método de pesquisa quanto como ferramenta de empoderamento, contribuindo para a compreensão das realidades coloniais e pós-coloniais e destacando as experiências de grupos marginalizados.

A interseccionalidade aborda metodologicamente a estrutura de raça, gênero, sexualidade, nação e classe, visando romper com as barreiras do colonialismo, imperialismo e epistemicídio. Como destaca Akotirene (2018, p. 32), “a interseccionalidade sugere que raça traga subsídios de classe-gênero e esteja em um patamar de igualdade analítica”.

Além disso, ao discorrer sobre a interseccionalidade, é crucial destacar que esta é uma contribuição das feministas negras. Portanto, nunca devemos referir-nos ao “feminismo interseccional”, mas sim ao Feminismo Negro, compreendendo a interseccionalidade como parte integrante dele. Como salientado por Akotirene (2018, p. 46), “[...] o Feminismo Negro substituído por feminismo interseccional equivale a explorar a riqueza intelectual de África e chamar isso de modernidade”. Mais do que isso, é fundamental mencionar a interseccionalidade como uma contribuição das feministas negras, em vez de utilizar o termo “feminismo interseccional”, que apaga a conotação racial e a ressignificação que essa nomenclatura carrega.

Conforme Carla Akotirene (2018) ressalta, “a interseccionalidade nos mostra como e quando mulheres negras são discriminadas e estão muitas vezes posicionadas em avenidas identitárias, que as tornam vulneráveis à colisão das estruturas e fluxos modernos” (Akotirene, 2018, p. 58). Portanto, de acordo com Akotirene (2018), “a proposta metodológica da interseccionalidade funciona como um localizador da experiência do racismo, associado a outras estruturas presentes...”. Não se trata apenas de uma narrativa dos excluídos; ela está interessada nas desigualdades impostas pela matriz de opressão e serve como uma lente de análise da interação estrutural em seus efeitos políticos e legais.

A interseccionalidade é percebida como uma das maneiras de combater as opressões múltiplas e entrelaçadas, e, portanto, como um instrumento de luta política. Nesse sentido, Patricia Hill Collins considera a interseccionalidade simultaneamente um “projeto de conhecimento” e uma ferramenta política. Ela aborda as condições sociais de produção de conhecimento e a questão da justiça social.

Nas obras de Conceição Evaristo, a interseccionalidade e a vivência se entrelaçam no texto literário. O enredo literário emerge como um convite à interseccionalidade, uma vez que, ao analisarmos teoricamente o texto da autora, torna-se evidente a necessidade premente de uma abordagem que nos permita examinar as diversas facetas desse texto.

Em sua maioria, as personagens de Conceição Evaristo são mulheres negras, cujos caminhos são marcados por experiências trágicas, moldadas pela interseção de racismo, sexismo e classismo. Essas formas de opressão, interconectadas, desempenham um papel central na vida dessas mulheres, influenciando suas jornadas de maneira complexa e muitas vezes devastadora.

Esse conceito sociológico, que analisa as interações nas vidas das chamadas “minorias”, a fim de compreender as diversas formas de dominação e discriminação, se

evidencia a cada texto lido e em cada atuação da escritora. As questões de raça, gênero e classe estão claramente presentes em sua escrita. O aspecto étnico-racial presente em suas obras também abre espaço para as considerações sobre classe. Estas três dimensões entrelaçadas estruturam e organizam a desigualdade e a opressão. Em outras palavras, é impossível experimentar uma dimensão isoladamente, pois elas estão intrinsecamente conectadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática central deste trabalho conduziu-nos a uma discussão sobre a importância da escrevivência de Conceição Evaristo como um paradigma emergente no contexto literário brasileiro. Inicialmente, buscamos apresentar o conceito de escrevivência e como essa forma de expressão literária busca deslocar a visão profundamente arraigada, até o momento vista como inarredável, sobre os espaços ocupados pelas pessoas negras, especialmente pela mulher negra, na literatura. Num segundo momento, discorreremos sobre a questão da representatividade e como a construção proposta por Evaristo é interseccional, tendo como ponto de partida a mulher negra e explorando seus atravessamentos, como gênero, classe, identidade e representatividade.

Como sabemos, o colonialismo foi um método de dominação que perdurou por longos séculos na história da humanidade. Com o propósito de dominação, saqueou, matou e escravizou territórios, povos e culturas. Se cruzarmos todos esses segmentos, chegamos ao mais central de todos: os seres humanos. Esse não foi apenas um projeto econômico; estabeleceu-se como uma estrutura de dominação e desumanização para o apagamento do outro.

Esse apagamento contou com diversas frentes de apoio, como teorias científicas, antropológicas, filosóficas, artísticas e, posteriormente, literárias. Mesmo após anos do fim desse sistema e da abolição da escravidão, ainda vemos os frutos desse processo: o racismo, a discriminação, um silenciamento e apagamento histórico ainda visíveis, mas frequentemente escondidos debaixo do tapete, principalmente no Brasil. Como Gonzáles (2020, p. 69) ironicamente afirma: "Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus".

Evaristo nos leva a refletir sobre a permanência desse silenciamento e apagamento dos negros na literatura, principalmente nos papéis sociais que são frequentemente atribuídos a eles, bem como na construção psicológica desses indivíduos. Partindo de sua própria

identidade, ela questiona ainda mais o papel das mulheres negras e a negação de suas essências, especialmente no que diz respeito ao seu papel como mãe, à sua possibilidade de constituir uma família e de ser protagonista de sua própria história. A escrevivência surge como uma forma de reaver todo esse cenário dominante, sobre os papéis sociais, e principalmente sobre a mulher negra, pois, como Evaristo pontua, é uma escrita protagonizada por mulheres negras. Isso se apresenta como uma tarefa desafiadora, pois confronta a posição historicamente construída sobre essas mulheres.

É interessante frisar que questões relacionadas às teorias da decolonialidade e interseccionalidade ainda são muito recentes e estão em processo de estabelecimento em discursos acadêmicos. Contudo, propostas como a de Conceição Evaristo são essenciais para ressignificar e desafiar as estruturas dominantes, combatendo essa opressão. Além do contexto literário, suas contribuições também se estendem a outras correntes, como o feminismo negro.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?**. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**. jan./jun., 2017. V.5, nº 1, 2017. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509704/mod_resource/content/0/559-1734-1-PB.pdf. Acesso em: 09 de março de 2024.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **Fórum Legal da Universidade de Chicago**, Artigo 8, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8/>. Acesso em: 09 de março de 2024.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo. Editora Boitempo, 2016.

EVARISTO, C. “Esse lugar também é nosso” — **Revista PUCRS**. Disponível em: <<https://www.pucrs.br/revista/esse-lugar-tambem-e-nosso/>>. Acesso em: 25 dez. 2023.

EVARISTO, Conceição. Da representação à auto-apresentação da Mulher Negra na Literatura Brasileira. **Revista Palmares**, v. 1, pág. 52–57, 2005.

EVARISTO, Conceição. A escravência e seus subtextos. *In*: Constância Lima Duarte, Isabella Rosado Nunes(Org.). **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020, p. 26–46.

EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. *In*: Nadilza Martins de Barros Moreira; Eliane Schneider (Org.). **Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora**. 2 ed. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020, p. 219–229.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo**. Tradução de Bhuvi Libanio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

RIBEIRO, Djamila. Prefácio à edição brasileira. *In*: DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo. Editora Boitempo, 2016.